

Avaliação de uma Tecnologia Educacional para a prevenção de violência sexual de jovens mulheres com Deficiência Intelectual

Evaluation of an Educational Technology for the prevention of sexual violence of young women with Intellectual Disabilities

Evaluación de una Tecnología Educativa para la prevención de la violencia sexual en mujeres jóvenes con Discapacidad Intelectual

Recebido: 28/02/2023 | Avaliado: 18/05/2023 | Publicado: 05/06/2023

Maria Gisele Cavalcanti de Oliveira¹

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5096-0075>
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil
giselecavalcanti1@hotmail.com

Marina Araújo Rosas²

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5666-7133>
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil
marina.rosas@ufpe.br

Daniela Tavares Gontijo³

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2117-0143>
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil
daniela.gontijo@ufpe.br

Juliana Fonseca de Queiroz Marcelino⁴

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2961-3292>
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil
juliana.marcelino@ufpe.br

Keise Bastos Gomes da Nóbrega⁵

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5837-8183>
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil
keise.nobrega@ufpe.br

Resumo

Introdução: Jovens mulheres com Deficiência Intelectual (DI) têm uma maior probabilidade de sofrerem abuso sexual do que garotas sem deficiência, por serem mais vulneráveis. Muitas são infantilizadas e acabam não recebendo orientações sobre sexualidade. Essa falta de informação as deixa mais expostas a situações de risco, fazendo com que o abusador subestime a vítima, acreditando que ela será descredibilizada por conta da deficiência. **Objetivo:** Avaliar uma Tecnologia Educacional (TE) com o foco na prevenção do abuso sexual, sob a perspectiva de jovens do sexo feminino com Deficiência Intelectual. **Metodologia:** Trata-se de um estudo de validação, com abordagem qualitativa, realizado junto a 14 jovens com DI, com informações coletadas a partir de observação participante e não participante. O material educativo é formado por um livro, dois bonecos sexuados, um livreto e vídeo explicativo. **Resultados:** Após a avaliação e percepção das participantes quanto aos quesitos: objetivo, relevância, eficácia, apresentação, acesso, clareza e interatividade, o material foi considerado validado, tendo em vista que a tecnologia contempla pontos importantes a serem discutidos com jovens com DI e cumpre seu propósito de criação. **Conclusão:** Observa-se como potencial deste estudo o destaque inovador quanto à percepção do público-alvo sobre o material educativo, considerando a capacidade de autonomia e superação das dificuldades advindas com a Deficiência Intelectual.

¹ Graduada em Terapia Ocupacional.

² Doutora em Neuropsiquiatria e Ciências do Comportamento/UFPE.

³ Doutora em Ciências da Saúde pela UnB.

⁴ Doutora em Design.

⁵ Doutora em Saúde da Criança e do Adolescente.

Ressalta-se a importância de continuar o uso da TE, junto a um número maior de mulheres com DI, para que mais percepções sejam colhidas e se reforce sua efetividade.

Palavras-chave: Deficiência Intelectual; Educação Sexual; Jovens; Tecnologia Educacional; Violência Sexual.

Abstract

Introduction: Young women with Intellectual Disability (ID) are more likely to suffer sexual abuse than girls without disabilities, as they are more vulnerable. Many are infantilized and end up not receiving guidance on sexuality. This lack of information leaves them more exposed to risk situations, causing the abuser to underestimate the victim, believing that she will be discredited due to her disability. **Objective:** To evaluate an Educational Technology (ET) with a focus on the prevention of sexual abuse, from the perspective of female young people with Intellectual Disability. **Methodology:** This is a validation study, with a qualitative approach, carried out with 14 adolescents and young people with ID, with information collected from participant and non-participant observation. The educational material consists of a book, two sexed dolls, a booklet and an explanatory video. **Results:** After the evaluation and perception of the participants regarding the questions: objective, relevance, effectiveness, presentation, access, clarity and interactivity, the material was considered validated, considering that the technology includes important points to be discussed with young people with ID and fulfills its purpose of creation. **Conclusion:** One of the potential of this study is the innovative emphasis on the target audience's perception of the educational material, considering the capacity for autonomy and overcoming the difficulties arising from Intellectual Disability. The importance of continuing the use of ET with a larger number of girls with ID is highlighted, so that more perceptions are collected and its effectiveness is reinforced.

Keywords: Intellectual Disability; Sex Education; Young; Educational Technology; Sexual Violence.

Resumen

Introducción: Mujeres jóvenes con Discapacidad Intelectual (DI) tienen más probabilidades de sufrir abuso sexual que las niñas sin discapacidad, ya que son más vulnerables. Muchos se infantilizan y terminan sin recibir orientación sobre la sexualidad. Esta falta de información los deja más expuestos a situaciones de riesgo, provocando que el maltratador subestime a la víctima, creyendo que será desprestigiada por su discapacidad. **Objetivo:** Evaluar una Tecnología Educativa (ET) con enfoque en la prevención del abuso sexual, desde la perspectiva de mujeres jóvenes con Discapacidad Intelectual. **Metodología:** Este es un estudio de validación, con enfoque cualitativo, realizado con 14 jóvenes con DI, con información recolectada de observación participante y no participante. El material didáctico consta de un libro, dos muñecos sexuados, un cuadernillo y un vídeo explicativo. **Resultados:** Luego de la evaluación y percepción de los participantes en cuanto a las preguntas: objetivo, pertinencia, efectividad, presentación, acceso, claridad e interactividad, el material se consideró validado, considerando que la tecnología incluye puntos importantes para ser discutidos con jóvenes con DI y cumple su propósito de creación. **Conclusión:** Una de las potencialidades de este estudio es el énfasis innovador en la percepción del material educativo por parte del público objetivo, considerando la capacidad de autonomía y superación de las dificultades derivadas de la Discapacidad Intelectual. Se destaca la importancia de continuar el uso de la TE con un mayor número de niñas con DI, de forma que se recojan más percepciones y se refuerce su eficacia.

Palabras clave: Discapacidad Intelectual; Educación sexual; Jóvenes; Tecnología Educacional; Violencia sexual.

1. Introdução

A sexualidade está presente em todos os ciclos da vida, relacionando-se com a construção da autoimagem, personalidade e afetividade das pessoas. Ela pode ser definida como um aspecto da dimensão humana que inclui não apenas a relação sexual, mas também a busca pela própria identidade, a relação consigo e com os outros, intimidade, desejos e comportamentos que podem ser influenciados por questões biológicas, socioculturais, psicológicas e políticas (WHO, 2006; Brasil, 1994).

É na fase da adolescência que surgem muitos questionamentos sobre sexualidade, principalmente,

por causa da necessidade de estabelecimento de vínculos grupais, busca da identidade e início da vida sexual. Segundo a Organização Mundial de Saúde - OMS (WHO, 1986), a adolescência é o período entre a infância e a fase adulta que vai dos 10 aos 19 anos, sendo subdividida em pré-adolescência ou fase inicial - dos 10 à 14 anos e fase tardia - dos 15 aos 19 anos, enquanto a juventude engloba pessoas dos 15 aos 24 anos. Trata-se de um momento complexo, marcado por transformações biopsicossociais que envolvem mudanças corporais, psicológicas, mentais e sexuais. Para as Pessoas com Deficiência (PcD) essa fase pode ser ainda mais desafiadora, considerando as suas vulnerabilidades e o capacitismo social (Littig et al., 2012).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010), dos 34 milhões de adolescentes brasileiros, 4 milhões apresentam algum tipo de deficiência e dentre esses, 375.440 possuem Deficiência Intelectual (DI). A DI é caracterizada pelo déficit de funções cognitivas, que resultam em dificuldades de comunicação, autocuidado, participação social, aprendizagem e independência pessoal (APA, 2014).

As jovens com DI são vistas a partir de concepções sociais capacitistas, consolidadas historicamente de que são incapazes e "defeituosas", ou seja, fora dos padrões normativos estabelecidos socialmente. Em contraponto, a sexualidade está associada, de maneira distorcida, à estética, à valorização da beleza física e a padrões sociais de corpos perfeitos. A junção de preconceito e desinformação alimenta o mito de que sexualidade não é um tema relevante nem apropriado, sendo velado e omitido das discussões e práticas educativas para esse público (Mannocci, 2017).

Durante a puberdade, as mulheres com DI passam pelas mesmas transformações e anseios que qualquer outra sem deficiência, porém não têm o mesmo acesso às informações sobre sua saúde sexual e reprodutiva, nem podem vivenciar sua sexualidade de forma plena e saudável. São rotuladas como assexuadas, numa perspectiva de um ser celestial e pueril, imaculado e puro, ou mesmo hipersexuadas, em que a aproximação com esses temas poderia incentivar comportamentos inapropriados (UNESCO, 2019).

A interseccionalidade de fatores como ser jovem, mulher e com deficiência intelectual, vulnerabiliza e expõe esse público a violações dos seus direitos, fazendo com que recebam uma carga maior de estigmas sociais. Por consequência de um processo histórico, cultural e social, que reproduz uma sociedade patriarcal capacitista, essas jovens tornam-se mais vulneráveis às violências, a sofrerem discriminações, também precisam enfrentar barreiras para a sua participação social e para terem os seus direitos universais respeitados (UNFPA, 2017).

Assim, as relações de gênero influenciam diretamente na forma como a sociedade percebe e age com as mulheres com deficiência, reprimindo suas expressões de sexualidade, não oferecendo educação sexual, nem possibilidades de autoproteção e empoderamento, submetendo-as a estigmas e

comportamentos capacitistas (Simões, 2019). Sendo assim, conforme apontado anteriormente, elas acabam por serem superprotegidas e subestimadas, tendo como consequência uma maior exposição a situações de risco, principalmente à violência sexual (Dantas; Silva e Carvalho, 2014).

Nos casos de violência sexual, o abusador, que na maioria das situações é um familiar, se aproveita dos vínculos de parentesco, da dependência de cuidados, da desinformação e da falta de compreensão, sobretudo do que é um abuso, para cometer esse tipo de crime. É relevante considerar que jovens com DI nem sempre conseguem distinguir demonstrações de afeto e abuso sexual, além de serem muitas vezes invalidadas nas suas percepções, quando tentam contar alguma situação ocorrida. Há, portanto, a urgente necessidade de educação sexual de forma acessível para esse público (UNFPA, 2018).

A Educação Sexual é definida como o processo de conhecimento e exploração dos aspectos físicos, cognitivos, sociais e emocionais relacionados à sexualidade, visando autonomia sobre o próprio corpo, gerenciamento da saúde e estruturação de relações afetivas (UNESCO, 2019). Além de ser um direito de todas as pessoas, a educação sexual é uma importante estratégia para proteger, preparar e empoderar jovens com ou sem deficiência e não deve ser abordada como uma fórmula pronta, nem transmitida de forma verticalizada para as gerações, mas apresentada de forma dinâmica, contextualizada e dialogada, proporcionando reflexões e um aprendizado conjunto que mobilize transformações no cotidiano (Brasil, 1994).

Sexualidade ainda é um tema tabu a ser discutido na sociedade contemporânea, especialmente, quando dirigido a pessoas com deficiência. Na visão de profissionais que atuam em instituições educacionais e assistem pessoas com deficiência, a educação sexual é uma das práticas mais difíceis de serem abordadas tanto pela complexidade do assunto, quanto pela pouca oportunidade de discussão sobre o tema durante a formação profissional (Maia; Carvalho e Vilaça, 2020). Os pais também se sentem inseguros e despreparados para abordar o assunto, com isso, acabam omitindo informações e oprimindo comportamentos julgados “inadequados” pela sociedade. Em consequência, a falta de educação sexual para os seus filhos traz maior exposição a situações de risco, não os apropriando para vivenciarem plenamente a sua sexualidade. Outro entrave que se observa para a educação sexual de pessoas com DI é que os recursos educacionais e instrumentos validados são escassos e limitam ainda mais as estratégias para apresentação e discussão sobre o tema (Gonçalves e Barbosa, 2020).

Sabendo que ainda há muito a ser explorado e discutido na área da sexualidade, temas como autocuidado, namoro, amizade, métodos contraceptivos, puberdade e abuso sexual precisam ser abordados pelos pais e profissionais das diversas áreas, que acompanham pessoas com DI. Recursos e materiais, quando apropriados, são grandes aliados no processo ensino-aprendizagem de jovens com deficiência, pois

adequam-se às necessidades educacionais trazidas pelo próprio público e promovem o protagonismo deste. Nesse âmbito, ganham destaque as Tecnologias Educacionais (TE) (Chagas; Fernandes, 2018).

As Tecnologias Educacionais podem ser entendidas como dispositivos ou meios que se direcionam para o desenvolvimento do saber, a partir da problematização e do diálogo. Elas têm o objetivo de mediar práticas de ensino-aprendizagem por meio de variados materiais e ferramentas como livros, guias, cartilhas, jogos, entre outros (Santos et al., 2020; Gomes et al., 2021).

Dessa forma, as TE buscam a assimilação do conteúdo proposto e a produção de novos conhecimentos, podendo ser utilizadas na área da educação, social e saúde, para favorecer a autonomia e cidadania de pessoas com e sem deficiência, proporcionando estratégias para superar limitações, reduzindo barreiras e dificuldades não apenas na escola, mas em qualquer ambiente de seu convívio (Wild et al., 2019).

Um dos principais autores utilizados como referência na compreensão do aprendizado de pessoas com deficiência é Vygotsky (2009), que por meio da teoria sócio-histórica, defendia o apreço das potencialidades, a acessibilidade e participação social. Dessa forma, o processo de ensino-aprendizagem deve acontecer na interação entre o indivíduo e seu meio. Para o autor, a aprendizagem acontece com a mediação, linguagem, motivação e interação social, valorizando-se os conhecimentos próprios já adquiridos e a participação ativa da pessoa com deficiência em todo o processo.

Os recursos educacionais precisam ser bem pensados, elaborados e avaliados não só por especialistas da área, mas também pelo próprio público a quem se destina, pois, o olhar específico do público-alvo poderá contribuir para o seu aprimoramento. A forma e qualidade das informações e ilustrações apresentadas, a apropriação da linguagem e adequação cultural, também devem ser levados em consideração para consumir a eficácia e funcionalidade do material (Costa et al., 2020).

A partir do contexto apresentado, o objetivo deste estudo é avaliar a Tecnologia Educacional, "Abuso não vai rolar: aprendendo a se proteger", com o foco na prevenção do abuso sexual, sob a perspectiva de jovens do sexo feminino com Deficiência Intelectual.

2. Metodologia

2.1 Descrição do material

A Tecnologia Educacional "Abuso não vai rolar: aprendendo a se proteger" (Figura 1) tem seu foco na prevenção do abuso sexual, apresentando estratégias de autoproteção para jovens com DI, auxiliando pais e profissionais na educação sexual de forma didática e compartilhada. Foi desenvolvida e validada por especialistas, durante uma pesquisa de doutorado, a partir das percepções dos pais, profissionais e das

jovens sobre os recursos e temas a serem abordados, sendo abuso sexual o tema escolhido pelos participantes como prioritário (Nóbrega, 2020).

Figura 1

Tecnologia educacional - Abuso não vai rolar: aprendendo a se proteger.



Fonte: arquivo pessoal

A referida TE foi elaborada baseando-se nos pressupostos de Vygotsky (2012) - mediação, compensação, linguagem, interação social, participação ativa, nível de desenvolvimento real e potencial, motivação e afetividade. Trata-se de um kit composto por um livro interativo, com situações problema e perguntas para verificar o conhecimento prévio das jovens, um material de apoio (livreto e vídeo explicativo) para subsidiar pais e profissionais, além de dois bonecos sexados, para contribuir com a comunicação e compreensão dos temas a serem abordados. O enredo do livro perpassa por situações cotidianas da vida de uma adolescente chamada Leca, que mora com a família e tem um namorado chamado Edu. Na história, Leca interage com diversos personagens, que dialogam sobre mudanças do corpo na adolescência, partes íntimas, consentimento, namoro, sexo, toque físico bom e ruim, situações de risco ao abuso sexual, pessoas de confiança e estratégias de autoproteção.

Os temas são tratados de forma gradativa, partindo dos assuntos de menor complexidade para os de maior impacto, sempre com dicas e perguntas que estimulam as participantes a externalizarem seu conhecimento prévio e possibilitam a verificação da compreensão do aprendido. A construção do material envolveu a articulação com diversos profissionais como terapeuta ocupacional, designer, ilustradora, produtora, revisora e artesã, seguindo as orientações do Guia de Orientação para Desenvolvimento de Projetos (GODP) (Merino, 2016). Por fim, o material foi validado em sua aparência e conteúdo, por juízes especialistas, obtendo um Índice de Validade de Conteúdo (IVC) total de 0.99 (Nóbrega et al., 2021). Na continuidade do seu aprimoramento e para verificar a funcionalidade dessa Tecnologia Educacional é necessário a avaliação pelo público-alvo (jovens com DI) tendo em vista as valorosas contribuições para

ajustes e aplicações futuras, além das aprendizagens durante o processo de pesquisa.

2.2 Tipo de estudo

Este artigo é um estudo de validação, com abordagem qualitativa, a respeito da tecnologia educacional apresentada anteriormente, criada com objetivo de discutir educação sexual e apresentar orientações quanto à autoproteção e prevenção do abuso sexual, junto a jovens do sexo feminino com DI (Nóbrega, 2020). Conforme relatado anteriormente, o material já foi validado por juízes especialistas, e este artigo apresenta o processo de validação com o público-alvo. A validação permite identificar se os objetivos do material foram atingidos e as possíveis adequações a serem feitas após sua utilização, resultando em um produto efetivo e apropriado (Santos et al., 2019).

2.3 Local do estudo

O estudo foi realizado em quatro serviços tanto privados, quanto públicos e filantrópicos conveniados à Secretaria Municipal de Saúde e Educação do Recife/PE, no período de março de 2022 a fevereiro de 2023. São serviços de referência, especializados na assistência às pessoas com DI.

2.4 População

Foram incluídas no estudo jovens com diagnóstico de DI, comprovado pela Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde - CID 10 (Retardo Mental) ou pelo Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - DSM V (Deficiência intelectual). Foram excluídas do estudo, aquelas com outras morbidades de base associadas, que pudessem inviabilizar a participação nas atividades propostas. A amostragem escolhida foi intencional e por conveniência. Na amostragem intencional, a seleção dos participantes é baseada no juízo do pesquisador, a partir dos seus estudos sobre o assunto, população e contextos mais favoráveis. A amostragem por conveniência permite que a população selecionada seja mais acessível e adequada para atingir o objetivo do estudo (Freitag, 2018).

2.5 Coleta de Dados

2.5.1 Técnica

Os dados da percepção das jovens sobre a Tecnologia Educacional foram coletados por meio de observação não participante e participante, em dois momentos. Inicialmente, ocorreu a utilização do material nas instituições pelos profissionais, onde as pesquisadoras apenas observaram e construíram relatos de campo. Em momento posterior a utilização, as pesquisadoras participaram ativamente da

avaliação do material pelas jovens, para colher o ponto de vista delas a respeito do material, através de entrevistas individuais e de grupo focal, captando as informações apresentadas pelas participantes. Como técnica de pesquisa qualitativa, o grupo focal tem sido utilizado para a investigação de motivações, desejos, estilos de vida de grupos, e também na obtenção de informação sobre novos produtos, conceitos e fenômenos (Kind 2004).

2.5.2 Instrumentos de coleta

Para a coleta de informações do momento da observação não participante, as pesquisadoras seguiram um roteiro semiestruturado, baseado nos pressupostos de Vygotsky, registrando aspectos comportamentais, de linguagem, interação e desenvolvimento, que apareceram no momento da utilização e exploração do material. Para verificar a percepção das jovens, foi utilizado um questionário de avaliação de tecnologia educativa, adaptado de Guimarães (2015), o qual apresentava seis atributos a serem considerados na avaliação: objetivo; acesso; clareza; estrutura e apresentação; relevância e eficácia; interatividade. Utilizou-se como estratégia complementar três pictogramas ilustrados (emojis) com cores e expressões representando concordo (verde), não concordo (vermelho) e concordo mais ou menos (amarelo). Destaca-se que o processo de avaliação realizado pelas jovens a respeito do material, levou em consideração as dificuldades de comunicação e expressão desse público, sendo validados além da fala, expressões faciais e corporais, sentimentos, interatividade e forma de exploração do material. Além disso, para uma melhor coleta das informações, utilizou-se dois gravadores de voz e imagem, além dos diários de campo, construídos pelas pesquisadoras a cada encontro.

2.5.3 Procedimento

Inicialmente, as pesquisadoras apresentaram e disponibilizaram o material para os profissionais do serviço previamente, para que pudessem conhecê-lo, fazer a consulta ao material de apoio e assistir ao vídeo explicativo. Após esse período, os profissionais agendaram a utilização do material com as jovens, nos próprios locais em que são assistidas. Os profissionais apresentavam o material e mediavam o processo (ensino-aprendizagem), fazendo a leitura das histórias e convidando as adolescentes para explorarem o livro e os bonecos. As jovens que tinham autonomia e competências de leitura faziam esse processo, mediadas pelo profissional o qual verificava a compreensão delas através das perguntas que surgiam ao longo das histórias. O tempo de utilização do material era determinado pelo profissional, de acordo com a rotina dos serviços e necessidades das participantes sobre o aprofundamento das temáticas, podendo ser utilizado individualmente ou de forma coletiva em um pequeno grupo.

Após a utilização do material, elas foram estimuladas a participarem da avaliação, que poderia ser de forma individual, nos casos em que o material foi utilizado com apenas uma participante por vez ou através de grupo focal, quando aplicado com mais de uma participante ao mesmo tempo. No grupo focal, uma das pesquisadoras facilitava o grupo, enquanto as outras auxiliavam na observação da comunicação não verbal, como forma de pontuar os comportamentos e sentimentos das participantes.

2.6 Análise de dados

Os dados foram submetidos à análise de conteúdo temática, utilizando o referencial de Bardin (2016) que divide esse processo em etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Na primeira fase objetivou-se realizar a sistematização e organização das informações colhidas e planejamento do esquema de análise. Na exploração do material os dados foram codificados e categorizados para, na etapa final, serem analisados e interpretados de acordo com os quesitos previstos. O conteúdo submetido à análise adveio da transcrição textual dos vídeos de observação participante e não participante, como também, dos diários de campo elaborados pelas pesquisadoras. Foram definidas três categorias de análise, baseadas nos atributos apresentados anteriormente, no questionário de Guimarães (2015). São elas: Categoria 1 - *objetivo, relevância e eficácia*; Categoria 2 - *apresentação, acesso e clareza* e Categoria 3 - *interatividade*.

2.7 Aspectos Éticos

Este estudo corresponde a um recorte de uma pesquisa de doutorado, submetido e aprovado sob parecer de nº 2.421.318, pelo Comitê de Ética em pesquisa (CEP) com seres humanos, de acordo com a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde do Brasil referente a pesquisas com seres humanos. Antes do início da coleta foi feita a leitura e assinatura prévia do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) às participantes e do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) aos responsáveis e profissionais, explicando-lhes de forma clara os objetivos, procedimentos e importância do estudo, bem como seus riscos e benefícios.

3. Resultados

Participaram do estudo 14 jovens, com idades entre 13 e 24 anos, tanto alfabetizadas quanto não alfabetizadas (Quadro 1). A maioria de religião evangélica, recebe o Benefício Assistencial à Pessoa com Deficiência e possui Carteira de Livre Acesso ao transporte público. Todas são acompanhadas por algum tipo de serviço da rede pública ou privada de um município de Pernambuco, por profissionais de saúde e

educação. Para preservar seus nomes reais e manter o sigilo dos dados colhidos, as participantes do estudo foram identificadas pela letra “J”.

Quadro 1.

Caracterização das participantes, quanto à identificação, idade, escolaridade, alfabetização, religião e benefícios.

Identificação da participante	Idade	Escolaridade	Alfabetizada	Religião	Benefícios
J1	13	Fundamental incompleto	Não	Católica	Carteira de Livre Acesso
J2	13	Cursando o ensino fundamental	Não	Católica	Carteira livre acesso + Benefício Assistencial à pessoa com deficiência
J3	13	Cursando o ensino fundamental	Sim	Evangélica	Não possui
J4	13	Cursando o ensino fundamental	Sim	Não informada	Não possui
J5	14	Cursando o ensino fundamental	Não	Não informada	Não possui
J6	15	Cursando o ensino fundamental	Não	Evangélica	Carteira livre acesso + Benefício Assistencial à pessoa com deficiência
J7	18	Cursando o ensino fundamental	Não	Não informada	Carteira livre acesso
J8	19	Cursando o ensino fundamental	Sim	Evangélica	Não possui
J9	20	Cursando o ensino fundamental	Não	Não informada	Carteira de livre acesso e Benefício Assistencial à pessoa com deficiência
J10	21	Ensino médio completo	Sim	Não informada	Não possui
J11	22	Fundamental incompleto	Não	Católica	Carteira livre acesso + Benefício Assistencial à pessoa com deficiência
J12	23	Não está na escola	Não	Evangélica	Carteira de livre acesso
J13	24	Não está na escola	Não	Evangélica	Não informados
J14	24	Ensino fundamental completo	Sim	Não informada	Carteira de Livre Acesso

Fonte: as autoras.

3.1 Objetivo, Relevância e eficácia

A categoria 1 - *objetivo, relevância e eficácia*, diz respeito à importância do conteúdo proposto, a aprendizagem sobre o tema trabalhado, o propósito do material e possíveis aplicações em contextos cotidianos. Percebeu-se que as participantes gradativamente assimilaram os conteúdos, à medida em que estes eram apresentados ao longo das histórias. Algumas já possuíam certo conhecimento prévio das fases do ciclo de vida (criança, adolescente e adulto), das mudanças vindas com a puberdade e do que são partes íntimas, já outras compreenderam esses conceitos a partir da apresentação e exploração do material.

PROFISSIONAL 4: [...] tu é uma criança, uma adolescente ou uma adulta?

J4: Uma pré-adolescente.

PROFISSIONAL 4: Uma pré-adolescente?

J4: Se eu tenho 13 anos... eu não sou criança, porque se eu fosse criança eu ia ter uns oito anos... uns sete, oito, nove, dez, onze, por aí vai...

PROFISSIONAL 3: [...] qual é a diferença do corpo da criança para o corpo da adolescente?

J13: Porque a criança ainda não tem os peitos.

PROFISSIONAL 3: A criança ainda não tem as mamas... o que mais? o que mais que vocês acham que é?

J13: Não menstrua.

Sobre a participante J3:

'Inicialmente, a jovem pareceu tímida e apreensiva. Durante a pergunta de como ela se via, ela disse que se considerava criança, sem a figura. Após a intervenção com a figura, ela conseguiu se identificar como adolescente' (Diário de campo das pesquisadoras).

As participantes também conseguiram fixar conceitos importantes abordados no material, tais como, o que é consentimento, toques físicos invasivos e a identificação de um adulto de sua confiança. Compreensões que irão ajudá-las a perceberem situações de assédio e risco ao abuso sexual, bem como a aprendizagem de estratégias de autoproteção, reconhecendo a quem devem recorrer.

PROFISSIONAL 1: [...] tu já me disse, mas eu vou pedir pra você lembrar quem é, pode ser mais de um, quem é teu adulto de confiança?

J3: Minha mãe, minha avó, e... minha tia.

PROFISSIONAL 4: Tu aprendeu o que é consentimento? Tu consegue explicar para mim?

J4: É quando uma pessoa toca na namorada, que a namorada não gosta, mas ela não precisa deixar.

PROFISSIONAL 2: Ela [a personagem] tá dizendo que não pode tocar nela, porque ela não deixa, porque o corpo é de quem?

J9: Meu.

PROFISSIONAL 2: Isso! E só quem é que pode tocar?

J9: Ela (falando de si mesma).

PROFISSIONAL 2: Você. Só você toca no seu corpo, as outras pessoas que quiserem tocar, só podem tocar se você...?

J9: Quiser.

Com relação ao entendimento do que é abuso sexual e o que fazer em situações de risco, observa-se que de início as jovens demonstraram certa timidez em falar sobre o tema, conheciam poucas estratégias de autoproteção, revelando principalmente a reação de agredir, sendo que poucas referiram contar para um adulto de confiança. Todavia, após participarem da utilização da TE apresentaram boa apreensão do conteúdo, visto que conseguiram ampliar e reproduzir no próprio discurso as estratégias trazidas pelo material, mesmo com as limitações da deficiência.

PROFISSIONAL 2: E aqui será que Leca quer ir pra cama com esse homem?

J9: Não.

PROFISSIONAL 2: Não, por isso que ela tá com medo, tá certo? Então Leca tem que fazer o quê quando isso acontecer?

J9: Dar nele.

PROFISSIONAL 6: Então, quem é seu adulto de confiança, em casa? Que você confia em casa?

J11: Minha mãe.

PROFISSIONAL 6: Sua mãe. Muito bem. E aqui no (local de serviço), você confia em quem?

J11: Profissional 6 (fala sorrindo).

PESQUISADORA: O que é que tu aprendeu com esse livro, J3?

J3: Não pode deixar ninguém pegar nas minhas partes íntimas.

Vale ressaltar que, em algumas situações da pesquisa o material foi trabalhado inteiramente em um único dia, enquanto em outras os profissionais decidiram que deveriam dividir os conteúdos e aplicá-lo em dias diferentes. Essa necessidade surgiu não só pela dinâmica dos serviços, mas também pela quantidade de informações a serem discutidas, que conseqüentemente exigiam mais atenção e concentração.

Percebeu-se que as jovens com maior comprometimento intelectual, seriam mais beneficiadas com a apresentação do livro de forma gradativa, em dias diferentes, retomando-se conceitos novos, pois precisavam de mais tempo para apreender o conteúdo. Este fator não impede que o livro seja trabalhado em um único dia, ficando a critério do profissional, de acordo com as demandas do público-alvo. Como exemplo, destaca-se a participante J9, que apresentou dificuldade em identificar as estratégias de autoproteção, pois além da quantidade de conceitos novos, ela apresentava um considerável comprometimento cognitivo e vivia em um contexto onde era pouco estimulada a exercer sua autonomia.

PROFISSIONAL 5: Olha, aqui já não é o namorado dela, é outra pessoa. O vizinho que chamou ela pra ficar no quarto, na cama. Tu acha que ela tá gostando?

J2: Assim oh (a jovem imita a postura de Leca na figura).

PROFISSIONAL 5: Ela tá assim, ela tá se protegendo. [...] Ela não tá querendo não. Oh, pegando no joelho dela, querendo pegar no corpo dela e ela não quer. O que ela deve fazer para sair dessa situação?

J2: Vai embora.

PROFISSIONAL 5: Vai embora, né?! E aí ela vai embora e conversa com alguém ou só vai embora?

J2: *Vai embora né?!*

PROFISSIONAL 5: *Vai embora e... conversa, pede ajuda ao pai ou a mãe, como você disse.*

J2: *No ouvido.*

PROFISSIONAL 2: *Se o vizinho te chamar para casa, tu faz o que? (J9 fica pensativa).*

J9: *Não sei, tia...*

PROFISSIONAL 2: *Tu faz o que? Conta pra quem?*

J9: *Pra todo mundo.*

PROFISSIONAL 2: *Muito bem! E diz a ele que não pode, né? Ele pode tocar no teu corpo?*

J9: *Não!*

PROFISSIONAL 2: *Porque o corpo é de quem?*

J9: *Meu!*

Sobre J9:

'Tem dificuldade em reproduzir a estratégia de contar para um adulto de confiança, cita nome de crianças que ficam com ela na casa, porém a terapeuta vai trabalhando e ela vai nomeando outras pessoas'. (Diário de campo das pesquisadoras)

Durante a avaliação do material, as participantes foram questionadas se alguém já havia lhes apresentado assuntos relativos a sexualidade, qual a importância destes temas e se elas achavam que deveriam compartilhar o que aprenderam com outras jovens. A maioria das participantes afirmou que não teve esse tipo de orientação, mas que acham uma temática relevante, inclusive, para ser disponibilizada para outras jovens.

PESQUISADORA: *Por que tu acha que foi importante?*

J4: *Porque ensina várias coisas que algumas meninas, já aconteceu com elas e elas podem aprender.*

PESQUISADORA: *[...] sobre o assunto, alguém já tinha conversado contigo sobre esse assunto?*

(J3 olha para baixo pensativa, mas logo sinaliza com a cabeça que não)

Sobre J3:

'Ela parece mais confiante, mais empoderada, quando as perguntas sobre as estratégias vão aparecendo, ela vai mostrando o que aprendeu. Encerra bem a atividade, mais segura, conseguindo mostrar que aprendeu de fato com o material'. (Diário de campo das pesquisadoras)

3.2 Apresentação, Acesso e Clareza

A categoria 2 - *apresentação, acesso e clareza*, diz respeito à estrutura e qualidade do material, à construção do enredo da personagem, o design do livro, os bonecos sexuados, bem como, possíveis ajustes a serem realizados posteriormente. Destaca-se que as perguntas, as dicas e os desenhos foram pensados e construídos com o intuito de serem adequados ao público-alvo, apresentados de forma concreta e realista, tornando-se atrativos e interativos, centrados na história da personagem Leca, uma adolescente com DI, para aproximar-se do contexto de vivência das adolescentes.

'Foram mostradas as imagens do envelope, ela consegue se identificar com a imagem de Leca adolescente, ela gostou de ver as imagens, principalmente ao manusear o material, quando tinham as abas para levantar, ela gostou dessa interação, sorriu[...]'. (Diário de campo)

J4: Eu gostei das cores...

PESQUISADORA: Tu gostou das cores?

J4:... e da capa!

PROFISSIONAL 5: O que tu acha que mudou aqui [na imagem], que podemos mudar na boneca? (fala mostrando as imagens do livro)

J1: Aqui (aponta para os seios de Leca na imagem).

PROFISSIONAL 5: O peito dela cresceu né? O teu cresceu também?

(J1 apalpa os próprios seios e coloca os seios na boneca, sorrindo).

Apesar da maioria expressiva identificar as cenas e figuras apresentadas no livro, uma imagem específica chamou a atenção de uma das jovens, que confundiu a figura do abusador com a do pai da personagem principal. Ajustes serão feitos nas ilustrações, tendo em vista a gravidade e possíveis implicações para este equívoco na utilização futura do material.

PROFISSIONAL 2: Será que esse é o pai de Leca em? Vamos voltar aqui na frente pra gente ver se é o pai de Leca. O pai de Leca é esse aqui de camisa verde.

J9: Né esse não? (referindo-se à imagem do abusador)

PROFISSIONAL 2: Olha direitinho pro pai de Leca, vê se é igual. É igual?

J9: é.

[...]

PROFISSIONAL 2: [...] olha a diferença, a calça desse aqui é de que cor?

J9: vermelha.

PROFISSIONAL 2: Vermelha, né? e do pai de Leca é vermelha também?

J9: azul.

PROFISSIONAL 2: Isso! Então não é o pai de Leca aqui, é outro homem que Leca encontrou.

Os materiais aplicados nos bonecos foram selecionados com o critério de se aproximarem da imagem humana real de adolescentes, semelhantes aos personagens do livro, Leca e Edu. Foram utilizados, malha para evidenciar a textura da pele, cabelos e pelos artificiais, roupas e fisionomia típicas de adolescentes e flexibilidade articular humanas, para trazer maior identificação para o público, favorecendo a representatividade das participantes. Mesmo com sinais de vergonha demonstrado por algumas jovens, todas se interessaram e demonstraram apreço pelos bonecos, aceitaram manusear, trocar as roupas e colocar os acessórios para realizar a transição da fase de criança para a adolescência.

J4: Olha! O joelhinho dele dobra!

PESQUISADORA: [...] e os bonecos, o que é que tu achou?

J4: Bonito!

PROFISSIONAL 1: Tu gostou mais de quê, de tudo isso? Tu gostou do livro, gostasse deles... Ou gostou de tudo junto? Conta aí para mim!

J3: Gostei deles [dos bonecos].

Apesar da qualidade com que os bonecos foram construídos, faz-se necessário manutenção periódica, maior fixação de partes como fios de cabelo e membros articulados, além de possível troca de tecido das roupas, para facilitar o manuseio e independência das meninas ao utilizarem os bonecos. Ainda assim, não foi um fator negativo, pois até a queda de cabelos das bonecas gerou interação das participantes, com o manejo da profissional.

J3: Vai ficar sem cabelo ela [a boneca] (J3 dá um leve sorriso).

PROFISSIONAL 1: Vai ficar sem cabelo (Profissional 1 ri). Ela tá parecendo comigo, J3, pra onde eu vou, tem cabelo meu caindo. Tá eu e Leca. Teu cabelo cai muito também? (J3 afirma com a cabeça, em tom de riso).

Sobre as os acessórios dos bonecos:

'[...]É importante ver o manuseio da troca de roupa da boneca. A calça é mais difícil para vestir, precisou da ajuda da terapeuta'. (Diário de campo das pesquisadoras)

A aparência da personagem principal, que é uma adolescente com Síndrome de Down, buscou se aproximar de uma imagem real, detalhe que também chamou atenção das participantes, por se diferenciar das ilustrações caricaturadas irreais ou de desenhos típicos de personagens socialmente padronizados.

PROFISSIONAL 3: [Leca] é até parecida com ela [J6] mesmo.

J6: É!

3.3 Interatividade

A última categoria selecionada para análise foi a categoria 3 - *Interatividade*, que diz respeito ao engajamento e a comunicação das participantes umas com as outras, com o profissional e com o próprio material. No que se refere a interatividade é importante considerar que, devido as limitações de comunicação apresentadas por grande parte das participantes da pesquisa, em decorrência da própria vivência da deficiência, a utilização da observação participante e não participante foi particularmente útil para a obtenção dos dados. Durante as atividades com o material nos serviços, foi possível identificar, através da observação, diferentes formas de interação não verbal das adolescentes, entre si, com as profissionais e com as pesquisadoras que se manifestaram através de gestos, olhares e na forma de manusear a tecnologia, especialmente, os bonecos. Mediada pelo profissional e facilitada pelas estratégias educativas de participação ativa, a interatividade aconteceu tanto na forma individual, como em grupo. A utilização da tecnologia educativa com mais de uma jovem, possibilitou o incentivo mútuo em responder às problematizações, além de promover discussões e aprendizagens coletivas, não só a partir do conhecimento individual precedente, mas também do adquirido com o material e entre os pares.

PROFISSIONAL 3: [...] essa aqui é uma foto de quê?

J12: Menina.

PROFISSIONAL 3: Uma menina, o quê?

J13: Criança.

PROFISSIONAL 3: Uma menina criança, e essa?

J12: Adolescente.

J13: O menino num... menstrua?

PROFISSIONAL 3: Não, o menino não menstrua.

J13: Não né, J12!

J13: Tia, eu tô namorando.

PROFISSIONAL 3: É, J13? Depois você me conta essa história (J13 ri, coloca a mão no rosto, envergonhada). Que legal, J13!

J12: Eu tenho coragem disso não...

Sobre os assuntos relacionados à sexualidade, foi observado que as jovens conseguiram se expressar, mesmo tendo opiniões e personalidades diferentes, a partir dos assuntos apresentados ao longo do material. Puderam relatar suas vivências, desejos e sentimentos sobre as temáticas abordadas. A dificuldade na fala de algumas participantes foi minimizada pelas expressões corporais e exploração do material.

J12: Eu tinha vontade de namorar, coragem eu não tenho não. [...] eu não tenho intimidade com os homens!

PROFISSIONAL 3: Entendi... mas a intimidade se cria, né? Mas você tá certa, se você não conhece bem a pessoa, se você não tem intimidade...

J12: Porque a pessoa assim, tipo assim fazer um bullying...

J13: ... mas assim, tem homem que tem e tem homem que não tem. Tipo eu, eu já fui casada...

J12: E não quer ficar solteira?

J13: Fiquei solteira e não tive medo não.

4. Discussão

Os dados coletados tanto na observação participante quanto na não-participante evidenciaram que a Tecnologia Educacional “Abuso não vai rolar: aprendendo a se proteger” foi bem avaliada pelo público-alvo (jovens com DI) quanto ao objetivo, relevância, eficácia, apresentação, acesso, clareza e interatividade a partir do processo de utilização do material.

Diferindo do que é observado em outros estudos, cabe destacar a relevância do processo metodológico vivenciado na presente pesquisa no que se pauta no envolvimento ativo das adolescentes com DI no processo de avaliação da TE, congruente a proposta idealizada e referida do próprio material que propõe o empoderamento e protagonismo delas. Em uma revisão de literatura realizada por Mendes e Denari (2020), a respeito de deficiência e sexualidade, foi visto que, dos artigos encontrados no recorte de

sua pesquisa, boa parte envolvia Deficiência Intelectual, porém, estes mesmos estudos, levam em consideração majoritariamente apenas as perspectivas dos pais/cuidadores ou dos profissionais. Assim, tem-se dado pouco espaço para que as próprias pessoas com DI exerçam sua autonomia, o que justifica uma realidade ainda presente nos dias atuais: a sexualidade de PcD sendo relatada a partir de terceiros e não por elas mesmas.

Pessoas com DI, na maior parte das vezes, estão sob os cuidados de familiares, cuidadores ou instituições, que podem superprotegê-las e direcionarem suas escolhas, desde atividades mais rotineiras como vestir-se, até assuntos mais complexos como educação sexual e abuso sexual (Billeke, 2018; Bortolozzi e Vilaça, 2020). A sociedade ainda as subestima, visto que tem como referência um padrão de funcionalidade ideal, ignorando a possibilidade de que esse público pode aprender de maneira diferente, desde que sejam oferecidos o ambiente e recursos adequados (Santos; Carvalho e Alecrim, 2018).

Sobre a avaliação da tecnologia com relação à categoria *objetivo, relevância e eficácia*, destaca-se que o material cumpre seu propósito de criação, pois as participantes conseguiram assimilar a essência do conteúdo proposto, reafirmar e adquirir conceitos, reconhecer as transformações do próprio corpo, identificar situações de risco, bem como, aprender estratégias de autoproteção ao abuso sexual.

A interseccionalidade de fatores como: ser mulher, jovem e com DI, as expõe a situações de risco, e o abusador, que na maioria das vezes é alguém próximo ou da própria família, aproveita-se da vulnerabilidade da vítima, acreditando que ela não irá contar o fato ou será descredibilizada por conta da DI (Albuquerque, 2011). A mudança desse cenário de violências requer empoderamento e a apropriação de conhecimentos para atitudes de autocuidado e autoproteção. As dificuldades no processo de aprendizagem e na sua participação social evidenciam a necessidade de recursos educativos que objetivem informá-las e apropriá-las do conhecimento sobre sua própria sexualidade. Para que isso ocorra de maneira efetiva, as jovens com DI precisam ser protagonistas e os materiais precisam ser adequados e acessíveis para favorecer uma participação ativa (Morales e Batista, 2010; Barbosa et al., 2020).

No presente estudo, durante a utilização do material, mesmo com um público pequeno, pode-se perceber as possibilidades de ampliação de conhecimento e trocas de informações, gerando aprendizagens que podem resultar em estratégias de autoproteção contra abuso sexual e autoconhecimento para a vivência da sexualidade.

A respeito da categoria *apresentação, acesso e clareza*, o material se mostrou ser atrativo e relevante, convidando as jovens para a exploração. Os bonecos com características realistas e as histórias que se assemelham ao cotidiano das jovens, contribuíram para uma maior identificação e acesso, bem como, a sua flexibilidade na apresentação proporcionou estímulos sensoriais e informações didáticas para

diferentes níveis de compreensão. Contudo, ressalta-se a necessidade de aprimoramento de algumas imagens e da fixação de alguns materiais dos bonecos, para que tenham maior resistência ao manuseio constante, tendo em vista a intenção de que a TE seja aplicada com frequência e em diversos serviços de saúde, educação, justiça e assistência social. A observação do processo de uso da TE e a participação das jovens em todo o processo, foi essencial para a adequação do mesmo ao público a qual se destina.

Os materiais educativos, além de criteriosamente construídos, devem ser bem avaliados e aplicados, tanto por juízes especialistas quanto ao público ao qual se orienta, pois, a diversidade de olhares permite maior assertividade e identificação de possíveis ajustes para aprimoramento. Esse cuidado permite que esses recursos sejam fortes aliados no processo de construção do conhecimento e reprodução no cotidiano (Sousa et al., 2020).

A utilização de recursos educacionais específicos para promoção de saúde, inclusive sexual, é essencial para favorecer a autonomia e empoderamento dessas jovens (Santos et al., 2020). Para tal, precisam ser de fácil acesso, de linguagem simples e clara, que abarquem tanto informações de cunho biológico, quanto sociais, além de conter informações confiáveis que facilitem a compreensão e reflexão crítica do conteúdo proposto. Necessitam de uma sequência coesa, com imagens atrativas e adequadas ao ciclo de vida em que estão propostos, além de adaptações ao contexto cultural em que o público-alvo está inserido (Costa et al., 2020; Gomes et al., 2021).

Por fim, no domínio *interatividade*, enfatiza-se a possibilidade de aprendizagem individual e coletiva, o estímulo mútuo entre as adolescentes ao responderem as indagações propostas pelo livro, contribuindo para maior motivação, e as diferentes possibilidades de comunicação, em que a mediação tem papel importante na condução do processo de ensino-aprendizagem. Na construção da TE, pensou-se em sua utilização com uma média de três adolescentes por vez, para que haja interação e trocas de saberes entre elas e o mediador consiga dar melhor assistência a todas nesse tempo. Contudo, o material é flexível para que possa ser utilizado no formato que o mediador avaliar como pertinente, a partir das demandas do público-alvo.

Observou-se que as adolescentes conseguiram compartilhar com seus pares, o conhecimento adquirido e é nessa interação que o processo de aprendizagem se efetiva e se fortalece. Reitera-se que o que mede o nível de compreensão não é apenas a capacidade cognitiva do indivíduo, mas também o ambiente onde este está inserido e as oportunidades de exercer sua autonomia de forma plena. Esses fatores podem, inclusive, atenuar as barreiras encontradas pelas PcD, em seu cotidiano. Vigotsky (2012), autor do referencial teórico que embasa a construção da TE apresentada, defende que as dificuldades de pessoas com deficiência podem ser compensadas a partir de sua interação com seu meio social e com um ambiente

estimulante.

Experiências coletivas facilitam a ampliação de funções cognitivas superiores, que influenciam no comportamento consciente do ser humano. Sendo assim, as atividades e recursos educacionais devem priorizar a interação social e a participação conjunta. Indivíduos com comprometimento intelectual mais leve, ao trocarem experiências com os de maior comprometimento, se beneficiam e são beneficiados, pois acabam sendo mediadores para o outro, sentindo-se mais seguros e apropriando-se efetivamente do que aprenderam (Vygotsky, 2012).

Em seu estudo realizado com mulheres com e sem DI, Pownall, Wilson e Jahoda (2020) identificaram que a falta de informação sobre educação sexual, especialmente sobre gravidez e métodos contraceptivos, se dá não apenas pelo nível de comprometimento intelectual das participantes, mas principalmente por estigmas e pela exclusão social a qual elas estão submetidas.

Sabendo-se da pluralidade humana, da diversidade de contextos sociais e culturais, de acesso à educação e modos de vida, vale ressaltar a necessidade de ampliação da oferta de educação sexual e especialmente da TE “Abuso não vai rolar: aprendendo a se proteger”, junto a mais jovens com DI. À medida que mais pessoas são alcançadas, o material se difunde e outras jovens podem ser mais protagonistas na vivência da sexualidade de forma mais segura e saudável.

5. Conclusão

A Tecnologia Educacional “Abuso não vai rolar: aprendendo a se proteger” foi avaliada nas categorias de objetivo, relevância, eficácia, apresentação, acesso, clareza e interatividade. O material foi bem aceito pelas jovens com DI, considerando as expressões verbais e não verbais das participantes do estudo, durante a utilização do material, bem como do seu parecer valorativo a respeito do mesmo.

A linguagem simples e acessível do livro ao apresentar conceitos novos ou já conhecidos, demonstrou facilitar o processo de internalização do conteúdo, que conseqüentemente favorecerá sua possível reprodução nos diversos contextos do cotidiano. Os bonecos sexuais se somam ao livro trazendo ainda mais concretude ao enredo apresentado, facilitando a manifestação dos sentimentos e interação do público com os profissionais.

Observa-se como potencial deste estudo o destaque inovador quanto à percepção do público-alvo sobre o material educativo, considerando a capacidade de autonomia e superação das dificuldades advindas com a Deficiência Intelectual. Como limitação, tem-se o tamanho amostral, que restringe a percepção do material a um agrupamento específico. Sendo assim, ressalta-se a importância de continuar a utilização da TE, para que mais percepções sejam colhidas. Almeja-se que outras Tecnologias Educacionais sejam

construídas para favorecer a autonomia e emancipação de mulheres jovens com Deficiência Intelectual, prevenir situações de abuso sexual e estimular a expansão do conhecimento sobre educação sexual e autoproteção.

Agradecimentos

As pesquisadoras agradecem o apoio financeiro por meio do edital FACEPE 06/2020: Programa Pesquisa para o SUS: gestão compartilhada em saúde PPSUS, Pernambuco.

Referências

- Albuquerque, P. P. (2011). “Sexualidade e deficiência intelectual: Um curso de capacitação para pais.” *Psicol. Argum.*, 29(64), p. 109-119.
<https://periodicos.pucpr.br/psicologiaargumento/article/view/20389>
- American Psychiatric Association. (2014). “*Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM 5*”. (5. ed.). Porto Alegre: Artmed.
https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5662409/mod_resource/content/1/DSM-5.pdf
- Barbosa, L. U., Pereira, J. de C. N., Lima, A. de G. T., Costa, S. S. da, Machado, R. da S., Henriques, A. H. B., & Folmer, V. (2020). “Dúvidas e medos de adolescentes acerca da sexualidade e a importância da educação sexual na escola”. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, 12(4), p. 1-8.
https://www.researchgate.net/publication/339896184_Duvidas_e_medos_de_adolescentes_acerca_da_sexualidade_e_a_importancia_da_educacao_sexual_na_escola
- Bardin, L. (2016). “Análise de conteúdo”. Laurence Bardin; tradução: Luiz Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70.
- Brasil. (1994). “*Diretrizes para uma política educacional em sexualidade*”. Secretaria de Projetos Educacionais Especiais-Brasília: MEC/SEPESPE.
<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001753.pdf>
- Bortolozzi, A. C., & Vilaça, T. (2020). “Educação Sexual na Educação Inclusiva: atitudes de professores diante de situações projetivas envolvendo comportamentos sexuais de alunos”. *Revista Diversidade e Educação*, 8(1), p. 191-212. <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/11307>
- Chagas, P. M. L., & Fernandes, E. M. (2018). “Sexualidade e a pessoa com deficiência intelectual: proposição do tema nas escolas”. *Perspec. Dial.: Rev. Educ. e Soc.*, 5(9), p. 199-216.
- Costa, C. C., Gomes, L. F. de S., Teles, L. M. R., Mendes, I. C., Oriá, M. O. B. & Damascen, A. K. de C. (2020). “Construção e validação de uma tecnologia educacional para prevenção da sífilis congênita”. *Acta Paul Enferm.* v. 33, eAPE20190028.
<http://dx.doi.org/10.37689/actaape/2020AO00286>
- Dantas, T. C., Silva, J. S. S., & Carvalho, M. E. P. (2014). “Entrelace entre Gênero, Sexualidade e

Deficiência: uma História Feminina de Rupturas e Empoderamento”. *Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, 20(4)*, p. 555-568. <https://www.scielo.br/pdf/rbee/v20n4/a07v20n4.pdf>

Freitag, R. M. K. (2018). “Amostras sociolinguísticas: probabilísticas ou por conveniência”? *Revista de Estudos da Linguagem, 26(2)*, p. 667-686.

<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/12412/pdf>

Gomes, K. K. N. L. B., Yasojima, E. Y., Melo, C. A. de S., Andrade, M. C. de, Silva, B. S. A., & Santos, N. M. (2021). “Validação de um livro educativo: tecnologia educacional para o ensino de feridas”. *Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento, 10(13)*, pág. e162101320935.

<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/20935>

Gonçalves, J. P., & Barbosa, M. M. F. (2020). “Opiniões de mães e profissionais sobre a sexualidade de pessoas com deficiência intelectual”. *Revista Exitus, v. 10 e.020021*, p. 01-30.

<http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/article/view/1143/634>

Guimaraes, F. J., Carvalho A. L. R. F., & Pagliuca, L. M. F. (2015). “Elaboração e validação de instrumento de avaliação de tecnologia assistiva”. *Revista Eletrônica de Enfermagem, 7(2)*, p. 302-311.

<https://revistas.ufg.br/fen/article/view/28815>

Huaiquián Billeke, C., Arriagada Vega, C., Betanzo Briones, A., Inostroza Soto, H., & Llanquitruf Paillán, K. (2018). Manifestaciones afectivas en jóvenes con discapacidad intelectual. *Interdisciplinaria: Revista De Psicología y Ciencias Afines, 35(1)*, 69-85.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2012). “Censo Brasileiro 2010”. Rio de Janeiro: IBGE.

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>

Kind, L. (2004). “Notas para o trabalho com a técnica de grupos focais”. *Psicologia em Revista, Belo Horizonte, 10(15)*, p. 124-136.

Littig, P. M. C. B., Cardia, D. R., Reis, L. B., & Ferrão, E. da S. (2012). “Sexualidade na deficiência intelectual: uma análise das percepções de mães de adolescentes especiais”. *Revista Brasileira de Educação Especial, 18(3)*, p. 469-486.

<https://www.scielo.br/pdf/rbee/v18n3/a08.pdf>

Mackey, A., & Gass, S. (2005). Common data collection measures. In A. Mackey & S. M. Gass. *Second language research: methodology and design*. Mahwah: Lawrence Erlbaum, p. 43-99.

Maia, A. C. B., Carvalho, L. R. S., & Vilaça, T. (2020). “Educação sexual para alunos/as com deficiência em Portugal: indícios de uma formação docente precária”. *REVES - Revista Relações Sociais, 3(1)*, p. 95-105.

<https://periodicos.ufv.br/reves/article/view/9625/5314>

Mannocci, F. (2017). “Educação em sexualidade e a pessoa com deficiência intelectual”. *Revista Educação, 12(1)*, p. 80-101.

Mendes, M. J. G., & Denari, F. E. (2020). “Deficiência e sexualidade: uma análise bibliométrica”. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, 14(esp.2)*, p. 1357-1374.

<https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/12124>

- Merino, G. S. A. D. (2016). “GODP - Guia de Orientação para Desenvolvimento de Projetos: Uma metodologia de Design Centrado no Usuário”. Florianópolis: Ngd/Ufsc. <https://www.ngd.ufsc.br>
- Morales, A. S. & Batista, C. G. (2010). “Compreensão da sexualidade por jovens com diagnóstico de deficiência intelectual”. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(2), p. 235. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722010000200005>
- Nóbrega, K. B. G. (2020). “Abuso não vai rolar”: desenvolvimento e validação de uma tecnologia educacional para as adolescentes com deficiência intelectual. [Dissertação de doutorado, Universidade Federal de Pernambuco]. <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/38833?mode=full>
- Nóbrega, K. B. G., Marinus, M. W. de L. C., Belian, R. B., & Gontijo, D. T. (2021). “Validação da tecnologia educacional “abuso não vai rolar” para as jovens com deficiência intelectual”. *Ciência & Saúde Coletiva*, 26(7), p. 2793-2806. <http://www.cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/validacao-da-tecnologia-educacional-abuso-nao-vai-rolar-para-as-jovens-com-deficiencia-intelectual/18043?id=18043>
- Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura - UNESCO. (2019). “Orientações técnicas internacionais de educação em sexualidade”. 2ª edição revisada. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000369308>
- Pereira, C. de A., Maciel, S. C., Dias, C. C. V., Alexandre, T. M. de O., Oliveira, M. X. de, & Pimentel, C. E. (2019). “Validação da Escala de Crenças sobre Abuso Sexual (ECAS) no Contexto Brasileiro”. *Psico-USF*, 24(1), p. 145-158. <https://www.scielo.br/pdf/pusf/v24n1/2175-3563-pusf-24-01-145.pdf>
- Pownall, J., Wilson, S., & Jahoda, A. (2020). “Health knowledge and the impact of social exclusion on young people with intellectual disabilities”. *J. Appl. Res. Intellect Disabil.* 33(1), p.29-38.
- Santos, A. M. dos, Carvalho, P. S., & Alecrim, J. L. (2018). “O ensino de física para jovens com deficiência intelectual: uma proposta para facilitar a inclusão na escola regular”. *Revista Educação Especial*, 32, p. e19/ 1–18. <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/27590>
- Santos, S. B. dos, Ramos, J. L. S., Machado, A. P. de A., Lopes, M. T. N., Abreu, L. C. de, & Bezerra, I. M. P. (2020). Tecnologia educativa para adolescentes: construção e validação de álbum seriado sobre sífilis adquirida. *Revista Brasileira Em Promoção Da Saúde*, 33. <https://doi.org/10.5020/18061230.2020.9970>
- Santos, S. B., Machado, A. P. de A., Sampaio, L. A., Abreu, L. C. de, & Bezerra, I. M. P. (2019). “Sífilis adquirida: construção e validação de tecnologia educativa para adolescentes”. *Journal of Human Growth Development*, 29(1), p. 65-74. http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbcdh/v29n1/pt_09.pdf
- Simões, J. (2019). “Sobre deslizamentos semânticos e as contribuições das teorias de gênero para uma nova abordagem do conceito de deficiência intelectual”. *Saúde e Sociedade, São Paulo*, 28(3), p. 185-197. https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902019000300185&script=sci_arttext&tlng=pt
- Sousa, E. K. S., Morais, E. J. dos S., Amorim, F. C. M., Oliveira, A. D. da S., Sousa, K. H. J. F., & Almeida,

C. A. P. L. (2020). “Elaboração e validação de uma tecnologia educacional acerca da violência contra a mulher”. *Esc. Anna Nery*, 24(4), e20190314. DOI: 10.1590/2177-9465-EAN-2019-0314. <https://www.scielo.br/j/ean/a/z9B7wzdy3fBBpK8kkBtjPKn/?lang=pt&format=pdf>

United Nations Population Fund - UNFPA. (2018). “Young persons with disabilities: global study on ending gender-based violence, and realizing sexual and reproductive health and rights”.

United Nations Population Fund - UNFPA. General Assembly. 3rd Committee. (2017). “Promotion and protection of human rights: human rights questions, including alternative approaches for improving the effective enjoyment of human rights and fundamental freedoms”: report of the 3rd Committee: General Assembly, 72nd session. New York: UN, p 170.

Vygotsky, L. S. (2012). *Obras Escogidas V Fundamentos da defectologia*. Madrid: Visor Distribuciones.

Wild, C. F., Nietsche, E. A., Salbego, C., Teixeira, E., & Favero, N. B. (2019). “Validação de cartilha educativa: uma tecnologia educacional na prevenção da dengue”. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 72(5), p. 1385-1392. https://www.scielo.br/pdf/reben/v72n5/pt_0034-7167-reben-72-05-1318.pdf

World Health Organization - WHO. (1986). “Young People's Health" - a Challenge for Society. Report of a WHO Study Group on Young People and Health for All. Technical Report Series 731, Geneva.

World Health Organization -WHO. (2006). “Defining sexual health: report of a technical consultation on sexual health”. Geneva.